



ação ergonômica, volume5, número2

Acessibilidade em edificações históricas: avaliando o caso de Pelotas

Isabela Fernandes Andrade

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Santa Catarina
isabelafab@gmail.com

Vera Helena Moro Bins Ely

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Engenharia de Produção
Universidade Federal de Santa Catarina
vera.binsely@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo avaliar os problemas enfrentados por diferentes pessoas quando algum dos componentes de acessibilidade não é considerado nas soluções espaciais adotadas em diferentes ambientes de edificações históricas revitalizadas, de acordo com o caso de Pelotas-RS. Foi desenvolvido através do método passeio acompanhado e, ao final, são apresentados os obstáculos identificados que prejudicam a acessibilidade espacial.

Palavra-chave: *Acessibilidade Espacial, Patrimônio Arquitetônico, Pessoas com Deficiências*

Abstract: *This study aims to assess the problems faced by different people when some of the components of accessibility is not considered in the spatial solutions adopted in different environments in historic buildings, according to the case of Pelotas-RS. It was developed as a exploratory walks and, at the end, are the barriers that hinder the accessibility space.*

Key-words: *Space Accessibility, Architectural Heritage, People with Disabilities*



1. Introdução

Nos dias de hoje existe uma grande preocupação em projetar produtos que possam ser utilizados por todas as pessoas. Cabe lembrar que de nada adianta dispormos de objetos de fácil manuseio se, muitas vezes, somos impedidos de entrar em um ambiente. As edificações deveriam ser acessíveis a todos, independentemente de suas capacidades ou limitações.

Os bens históricos, que fazem parte da memória e da identidade de uma sociedade, também se enquadram nesse quesito: tanto sua preservação quanto sua adequação aos parâmetros técnicos de acessibilidade é de fundamental importância, já que muitas dessas edificações abrigam hoje serviços públicos e atividades culturais, como prefeituras e museus. Portanto deveriam permitir o acesso, em condições de igualdade, a todas as pessoas, o que nem sempre ocorre.

O objetivo do trabalho é avaliar os problemas enfrentados por diferentes pessoas quando algum dos componentes de acessibilidade não é considerado nas soluções espaciais adotadas em diferentes ambientes de edificações históricas, que já passaram por processo de revitalização.

2. Fundamentação Teórica

Para a compreensão do referencial teórico utilizado nesse artigo, definem-se o conceito de deficiência, de restrição e de acessibilidade

espacial, assim como seus componentes. Em seguida é apresentado o método adotado para, finalmente, expor parte dos resultados encontrados.

2.1 Deficiências e Restrições

Conforme dados do Censo Demográfico (IBGE, 2000), existem hoje no Brasil 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Além destas, existem também pessoas com alguma limitação, temporária ou não, na realização de atividades, como os idosos, devido ao processo natural de envelhecimento.

Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009) utilizam o termo 'deficiência' para "[...] designar o problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo (por exemplo, cegueira, surdez, paralisia)". Fávero (2004) define deficiência como "[...] uma limitação significativa física, sensorial ou mental e não se confunde com incapacidade. A incapacidade para alguma coisa (andar, subir escadas, ver, ouvir, etc) é uma consequência da deficiência, que deve ser vista de forma localizada [...]". A Organização Mundial da Saúde, através da CIF (2008) considera que "deficiências são problemas na função ou estrutura do corpo, tais como um desvio ou uma perda significativa".

As restrições são utilizadas para designar, segundo Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009), a "dificuldade existente para a realização de



atividades desejadas resultantes da relação entre as condições dos indivíduos e as características ambientais”.

Nem toda a pessoa que apresenta uma deficiência – como quem necessita de cadeira de rodas para se deslocar – sofre restrição. Se além de uma escada houver uma rampa, esta pessoa não sofre restrição de deslocamento e, assim, tem seu acesso garantido. Já uma criança, sem apresentar qualquer deficiência, pode estar impedida de acender a luz se o interruptor estiver fora de seu alcance. Nesse caso o ambiente faz com que a pessoa sofra restrição na realização desta atividade.

Para efeitos deste trabalho, entende-se deficiência como um problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo e restrição diz respeito à relação existente entre indivíduos e meio ambiente.

2.2 Acessibilidade Espacial

Por acessibilidade espacial entendemos a possibilidade de obter informações do ambiente de forma a poder orientar-se e escolher aonde ir, deslocando-se em percursos seguros, utilizando todos os equipamentos, para, enfim, participar das diferentes atividades que ali ocorrem, interagindo com os demais usuários.

Para que seja possível a criação de ambientes acessíveis a todas as pessoas é fundamental

compreender os diferentes componentes de acessibilidade espacial, definidos por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009):

A **orientação espacial** está ligada à compreensão do espaço, permitindo, assim, que os usuários reconheçam a identidade de funções do espaço e definam suas estratégias de deslocamento e uso. As condições de orientação dependem das configurações arquitetônicas e dos suportes informativos adicionais existentes, bem como das condições do indivíduo de tomar decisões e agir.

A **comunicação** refere-se às possibilidades de troca de informações interpessoais, ou troca de informações por meio da utilização de equipamentos de tecnologia assistiva, que permitam o acesso, a compreensão e o uso das atividades existentes.

O **deslocamento** faz referência às condições de movimento ao longo de percursos horizontais e verticais de forma independente, segura e confortável, sem interrupções e livre de barreiras.

O **uso** é obtido através da possibilidade de participação de todo e qualquer indivíduo nas atividades, podendo utilizar todos os ambientes e equipamentos.

Conforme as autoras (2009), “cada componente é constituído por um conjunto de diretrizes que

definem características espaciais de forma a permitir a acessibilidade aos edifícios públicos e minimizar possíveis restrições”.

Para que se obtenha a acessibilidade espacial, é necessário que se atenda aos componentes em sua totalidade. Cabe salientar que a ausência de um destes componentes resulta no comprometimento dos demais.

3. Estudos de Caso

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de dois estudos de caso: a antiga Residência do Charqueador Viana – Casarão 2, que hoje abriga a sede da Secretaria da Cultura e o edifício da antiga câmara, hoje Prefeitura Municipal, ambos na cidade de Pelotas, RS.

3.1 Objeto de Estudo – Pelotas

A cidade de Pelotas dispõe de importante patrimônio arquitetônico edificado em diferentes períodos e estilos arquitetônicos. Seu centro histórico é caracterizado por edificações construídas nos séculos XVIII e XIX, com os mais diferentes códigos estéticos e arquitetônicos, havendo predomínio do ecletismo (MOURA e SCHLEE, 2003).

Uma conquista para Pelotas foi sua inclusão como uma das vinte e seis cidades que atualmente participam do Programa

Monumenta, devido a sua representatividade histórica e cultural em nível nacional.

As edificações estudadas neste trabalho (Secretaria de Cultura do Município – antigo Casarão 2 e Prefeitura Municipal) já passaram por revitalização através desse Programa e, conforme as informações dos órgãos municipais responsáveis pelo patrimônio, seus projetos adotaram os parâmetros estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade.

No entanto, vários usuários vem apresentando dificuldades no acesso e participação nas atividades que ali ocorrem, sendo importante identificar a que componentes de acessibilidade estas dificuldades estão relacionadas.

3.2 Método

Adotou-se o método denominado Passeio Acompanhado, desenvolvido por Dischinger (2000). O método consiste em visitas acompanhadas aos locais que se pretende avaliar, junto a pessoas com deficiências ou que podem sofrer restrições na realização de atividades nesses ambientes. Inicialmente, são estabelecidas as tarefas que o entrevistado deverá cumprir e, ao longo do percurso por ele utilizado, é observado seu comportamento e são feitos questionamentos a respeito das tomadas de decisão. Conforme Dischinger (2000), o pesquisador não deve ajudar ou conduzir, podendo interferir somente em situações que



apresentem riscos ao entrevistado. Toda a conversa deve ser gravada para posteriormente ser transcrita e, com o auxílio da técnica da fotografia, os principais fatos devem ser registrados.

A fim de obter informações a respeito das condições de acessibilidade às edificações históricas em estudo, optou-se por realizar os passeios com indivíduos que pudessem apresentar problemas de orientação espacial, de comunicação, de deslocamento e de uso do espaço. A amostra é composta por oito pessoas, que não tinham conhecimento prévio dos espaços internos das edificações, conforme segue.

Indivíduo com muletas: dificuldades de deslocamento e uso de equipamentos devido a limitações físico-motoras nos membros inferiores decorrente de poliomielite.

Mãe com carrinho de bebê: dificuldades temporárias de deslocamento e uso do espaço em função do carrinho de bebê.

Idosa: dificuldades no uso do espaço devido a dificuldades no movimento de um dos membros superiores, impostas pela velhice (artrite).

Cego: dificuldades principalmente de orientação espacial, mas também de deslocamento, uso e comunicação (informações escritas) em função

da ausência de visão, ocasionada por distrofia da córnea – cego de nascença.

Adulto sem deficiências: pode apresentar dificuldades de orientação no espaço, devido ao desconhecimento do ambiente.

Surdo: dificuldades na comunicação, devido à ausência de intérprete de libras ou pessoas com domínio da Língua Brasileira de Sinais na maioria das repartições públicas.

Pessoa em cadeira de rodas: dificuldades de deslocamento e uso em função das restrições físico-motoras nos membros inferiores decorrente de poliomielite e do uso de cadeira de rodas em seu percurso.

Crianças sem deficiências: não tem deficiências, mas podem apresentar dificuldades no alcance, na visualização dos objetos e na compreensão de informações. Uma delas sabe ler e a outra, não.

Os percursos nas edificações foram estabelecidos em conformidade com as diferentes atividades nelas realizadas pelo público, tais como: visitar a mostra de arte, utilizar os banheiros e visitar o acervo museológico.

No decorrer dos passeios, além das observações durante a realização das atividades foram



também feitas perguntas em relação à percepção do ambiente e tomadas de decisão (comportamento e ação), complementando o método. Ao final dos passeios realizaram-se entrevistas, visando obter as principais dificuldades e facilidades identificadas durante o percurso.

4. Resultados

No quadro a seguir são apresentados resultados da aplicação deste método relacionando os quatro componentes da acessibilidade espacial com os principais ambientes visitados em cada edificação. Apresenta-se um breve exemplo de quadro-resumo, com apenas três passeios realizados – de pessoa com deficiência físico-motora (muletante), de pessoa que sofre restrições sem apresentar deficiência (idoso) e de pessoa com deficiência auditiva (surdo).

QUADRO-RESUMO DO PASSEIO ACOMPANHADO					
INDIVÍDUO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE			
		Orientação Espacial	Comunicação	Deslocamento	Uso
 muletante	ACESSO AO EDIFÍCIO	- dificuldade de localizar o edifício pela ausência de placas indicativas		- entrada dificultada pela presença de degraus	- ausência de corrimão para subir os degraus do acesso principal
	AMBIENTES VISITADOS	- dificuldade para achar a mostra de arte, os banheiros e o setor de projetos		- pouca luz nas salas de exposições	- porta do banheiro estreita
	CIRCULAÇÕES	- dificuldade de identificar as circulações verticais pela falta de sinalização		- escada principal é cansativa - lance único; escada de serviço em caracol; espaço escuro	- ausência de corrimão na escada de serviço
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- ausência de placas informando onde era a saída exigiu informação verbal		- saída dificultada pela presença de degraus	- ausência de corrimão para descer os degraus do acesso principal
 idosa	ACESSO AO EDIFÍCIO				
	AMBIENTES VISITADOS	- ausência de placas indicando os ambientes, exigindo que pedisse informações verbais		- piso escorregadio em função da cera	- comentou que pessoa obesa ou com barriga não fecharia a porta do box da bacia sanitária
	CIRCULAÇÕES	- dificuldade para localizar a circulação vertical - se perdeu na área museológica		- dificuldade ao subir/descer pela falta de iluminação	- utilizou o corrimão para subir a escada principal; a de serviço não apresenta corrimão
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- reclamou que faltava indicação de saída, ainda mais sendo um prédio público		- embora tenha dito que não teve dificuldades, precisou se apoiar na parede para descer degraus	
 surdo	ACESSO AO EDIFÍCIO		- ausência de intérprete de libras para se comunicar com o entrevistado		
	AMBIENTES VISITADOS	- ausência de placas indicativas no banheiro do 1º pavimento e em diferentes setores	- para identificar os ambientes, pediu informações por escrito; dificuldade na compreensão	- degrau na entrada do banheiro não sinalizado, ocasionando um tropeço	
	CIRCULAÇÕES	- dificuldade para localizar a circulação vertical; se perdeu ao tentar achar o museu	- precisou de informações por escrito para identificar a localização do elevador		
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- dificuldade para identificar a saída do edifício devido a ausência de placas indicativas			

Quadro 1 – Resultados dos passeios acompanhados em relação aos quatro componentes de acessibilidade

O quadro 1 demonstra que todos os entrevistados apresentaram dificuldades em

relação aos componentes orientação espacial e



deslocamento. A maior incidência de problemas foi na orientação espacial.

O indivíduo com muletas salientou que teve dificuldade para identificar a edificação, bem como seus espaços internos, devido a ausência de placas informativas. Quando questionado sobre os aspectos positivos do edifício, disse que o espaço físico é amplo, o que facilita o deslocamento. Ressaltou que aspectos como piso plano e antiderrapante são essenciais, já que *“às vezes, no interior dos prédios, são colocadas tijoletas lisas que resvalam e, piso liso, principalmente para quem utiliza muletas, é sinônimo de tombo”*. Em relação aos aspectos negativos, comentou que teve dificuldade para entrar no prédio, já que o acesso é feito por degraus. Observou alguns obstáculos, como escadarias, ausência de corrimão e pouca luminosidade em alguns ambientes.

A idosa teve bastante dificuldade de orientação. Por conhecer a localização do edifício onde desenvolveria o passeio, não teve dificuldade em identificar o acesso, porém reclamou a ausência de corrimãos. Durante o percurso, não conseguiu identificar os diferentes ambientes sem pedir informações adicionais aos funcionários. Ao visitar o banheiro do 1º pavimento, comentou que as portas dos boxes eram pequenas e, se fosse gorda, com certeza não conseguiria utilizá-los. No 2º andar teve dificuldades de orientação. Reclamou da ausência de placas indicativas de circulação

vertical e de identificação dos diferentes ambientes. Ao final do passeio, quando questionada sobre os aspectos positivos do edifício, a idosa respondeu: *“Talvez para a idade da edificação, está bem conservada, mas pelo uso que tem hoje (público e cultural) apresenta muita deficiência de orientação. É difícil de acessar, de subir, de tudo”*.

Quando questionado sobre as maiores dificuldades enfrentadas, o indivíduo surdo respondeu que foi a ausência de placas de orientação, com informação visual. Comentou que a única facilidade no acesso e uso do edifício é a intenção dos funcionários de tentarem ajudá-lo da melhor forma possível, mesmo sem instrução e conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A seguir, quando questionado sobre possíveis soluções de melhoria ao prédio, ressaltou que seria importante melhorar o acesso ao banheiro do primeiro pavimento (feito através de degrau), identificar a presença de um elevador nos fundos da edificação para que todas as pessoas possam utilizá-lo e inserir placas com o nome de cada ambiente.

5. Conclusões

Considerando os oito passeios acompanhados realizados é possível identificar as dificuldades enfrentadas por pessoas com e sem deficiências quando algum dos componentes de acessibilidade não é considerado nas soluções



espaciais adotadas. Verificou-se que, por aliar observações de comportamento e entrevistas sobre os atributos do espaço, este método é eficaz na avaliação da acessibilidade espacial.

Foram identificados problemas em relação aos quatro componentes de acessibilidade, sendo os mais incidentes ligados à orientação espacial, seguidos daqueles de deslocamento.

Os problemas de *orientação espacial* não afetam somente pessoas com deficiências, e sim todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações. Exemplo disso é a dificuldade apontada por todos os entrevistados em identificar e localizar os diferentes ambientes das edificações.

O componente *comunicação* não foi muito evidenciado nos resultados gerais porque afeta, principalmente, pessoas surdas e cegas. Exemplo disso é a dificuldade que o indivíduo cego teve para entender o que representavam as obras nas galerias de arte, pois não havia informações em braille ou em áudio. Já o surdo teve muita dificuldade para se comunicar com as pessoas pois, além da inexistência de equipamento de tecnologia assistiva, nenhum dos funcionários tinha conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Já os problemas ligados ao *deslocamento* foram enfrentados, principalmente, por indivíduos com alguma dificuldade de locomoção, como

cadeirante e muletante, mas também por pessoas sem deficiência, como a mãe com carrinho de bebê.

Em relação ao *uso*, os indivíduos mais afetados foram os deficientes físico-motores e as crianças. O indivíduo surdo não acusou dificuldades em relação a este componente.

O grande impasse observado neste trabalho, sobre promover acessibilidade espacial em edificações históricas, está na origem desses projetos, que não foram elaborados para atender pessoas fora do “padrão”. Atualmente, esses locais, construídos no passado, de grande valor histórico e cultural para a população, são protegidos por leis de preservação, o que acaba não permitindo a aplicação direta dos parâmetros de acessibilidade da ABNT NBR 9050/2004. Este é o paradoxo do trabalho e que suscita tanta preocupação e discussão: Como garantir acessibilidade e ao mesmo tempo manter autêntico e o menos alterado possível o patrimônio cultural?

Embora a cidade de Pelotas venha sendo recuperada pelo Programa Monumenta, as ações ligadas à acessibilidade ocorrem de forma isolada – atendem um único componentes de acessibilidade, por exemplo – e por isso são pouco eficazes, dificultando ou, até mesmo, impossibilitando o acesso e uso dos espaços por todas as pessoas.



A partir desse estudo, cabe fazer uma crítica à Instrução Normativa nº1 do IPHAN (2003) que, apesar de oferecer algumas diretrizes para a promoção de acessibilidade aos bens culturais imóveis, ainda é muito genérica. É necessária a formulação de diretrizes que auxiliem a tomada de decisões em situações específicas, como aqueles em que os parâmetros de acessibilidade conflitam com os de preservação.

6. Referências Bibliográficas

ABNT NBR 9050. *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

BRASIL. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. BRASIL, 2004.

CIF: *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* / [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais em Português, org.; coordenação da tradução Cássia Maria Buchalla]. – 1. ed., 1. reimpre. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DISCHINGER, Marta. *Designing for all senses: Accessible spaces for visually impaired citizens*. Thesis for the degree of doctor of philosophy. Sweden, 2000.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY. Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia. *Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos: Programa de Fiscalização do Ministério Público de Santa*

Catarina. Trabalho em andamento.

Florianópolis, 2009.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA – Ed., 2004.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em 12/04/2008.

IPHAN. *Instrução Normativa nº 1, de 25 de Novembro de 2003*. IPHAN, 2003.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de;

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *100 Imagens da Arquitetura Pelotense*. 2ª edição. Pelotas: Pallotti, 2002. 240p.